

OPINIÃO



Economia Real

Luís Todo Bom

A SAÍDA DO EURO

Com a saída do Reino Unido da União Europeia surgiram, com redobrada intensidade, os defensores da saída de Portugal do euro e o regresso ao escudo.

Os grandes ativistas destas propostas são macroeconomistas, baseados em modelos macroeconómicos sem aderência à economia real, e os partidos de extrema esquerda, que adotam a aproximação de quanto pior, melhor.

Não se ouviu nenhum empresário ou gestor empresarial, sério, com formação teórica e experiência empresarial adequada, competente e eficiente, a defender este caminho. Por várias razões, conhecidas e assimiladas por quem vive na economia real.

O regresso ao escudo, além da desvalorização imediata, com o consequente empobrecimento global do país, representa, para o mundo empresarial — o que cria riqueza que, posteriormente, pode ser distribuída —, uma vivência com risco cambial sério, inflação e taxas de juro nominais a dois dígitos e dificuldades de parcerias com investidores estrangeiros, pelo risco associado ao investimento.

Aliás, a grande maioria dos empresários portugueses não está preparada para conviver com esta envolvente mais agressiva e de maior incerteza.

Há 30 anos, com o escudo, as taxas de inflação estavam na casa dos 20% e as taxas de juro nominais, para o investimento, nos 30%.

As empresas portuguesas passariam a ter de conviver com todos os riscos dos países da América Latina, sem poderem dispor dos recursos naturais daquelas economias.

O caso da Venezuela, que detém o maior reservatório de petróleo do mundo, é paradigmático.

Este não é, portanto, o caminho a seguir, por um país europeu, que ambiciona continuar a pertencer à comunidade de países desenvolvidos.

O que impede o país de crescer não é o euro, mas sim as opções de política económica.

As empresas passariam a ter de conviver com todos os riscos dos países da América Latina

Temos de prosseguir o processo de reequilíbrio das nossas contas públicas e reencontrar os mecanismos de atração de investimento estrangeiro, que nos permita voltar a crescer e a criar valor na nossa economia.

Nos anos 80, o país também não crescia, com o escudo, face às limitações e custo do crédito.

Os empresários e os gestores portugueses, que efetuaram grandes investimentos, em Angola e no Brasil, estão a passar enormes dificuldades, exatamente, por força da fragilidade das moedas daqueles países e das limitações do sistema bancário local.

Defender a nossa permanência no euro, cumprindo as regras sadias de equilíbrio macroeconómico da União Europeia, é fundamental para os nossos empresários.

O silêncio ensurdecedor das confederações empresariais sobre esta matéria é incompreensível.

Professor do ISCTE